

2020 oscila entre o optimismo moderado no investimento e a revolta na habitação

Formação de recursos humanos, política fiscal e planeamento. Havendo uma linha de raciocínio entre os depoimentos que o CONSTRUIR solicitou a diversos responsáveis associativos afectos à Construção, esta parece ser a tónica, remetendo, todos estes pontos, para a criação de condições para a fomentação de um ambiente negocial mais robusto. O aumento previsto do orçamento para investimento público só terá efeitos se for, efectivamente executado e, caso avancem, só terá efeitos se houver empresas capazes de o executar, acredita a maioria. Num plano “diferente”, as associações afectas à promoção imobiliária criticam o ataque ao investidor, desde logo pela ausência de estabilidade fiscal

Ricardo Batista
rbatista@construir.pt

De pouco adiantará o entusiasmo que o Orçamento de Estado de 2020 possa gerar se, no fundo, não for transposto para o terreno o que está planeado em teoria. Esta é, pelo menos, a tónica entre as principais associações afectas à fileira da Construção, convidadas pelo CONSTRUIR a antecipar o que se pode esperar deste novo ano. São associações que, de um modo geral, se mostram igualmente preocupadas com o agravamento da instabilidade fiscal e os efeitos que isso terá no afastamento de potenciais investidores, além de insistirem na ausência de medidas que promovam o acesso da classe média ao mercado habitacional.

Foram recolhidos depoimentos de 9 entidades afetas à fileira da construção:

- CPCI
- Ordem dos Engenheiros
- APPC
- APEB
- APPII
- APEMIP
- AIPOR
- APCMC
- ANFAJE

Apresenta-se aqui o depoimento da APPC →

APPC

Para o presidente da Associação dos Projectistas e Consultores, apesar de ter expectativas positivas no novo ano – à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos – importa, isso sim, acautelar a gestão das expectativas. “São positivas pela orientação geral. Deixam-nos preocupados se a execução vier a ser como a de anos anteriores. O adiamento dos momentos de arranque tem sido regra, o que significa atrasos na implementação e execução”, diz ao CONSTRUIR Jorge Meneses, recordando que, em termos de concretização do investimento público, “estamos na cauda da Europa”, recorrendo a dados trazidos a público recentemente, no período 2016-2019. Jorge Meneses recorda que as empresas, mesmo as mais estruturadas, têm sentido dificuldades acrescidas pela anormalidade do funcionamento do mercado que, entre 2008 e 2014, constatou uma abrupta redução. “Foi dramaticamente violento. Destruí muitas empresas e, noutras, reduziu drasticamente a capacidade instalada, o mesmo é dizer, as equipas técnicas, a capacidade de renovação de quadros, a capacidade de formação e de inovação”, salienta Jorge Meneses, que acrescenta que apesar da ténue recuperação sentida a partir de 2015, “as condições de contratação prevalentes continuam a não ser de molde a permitir a sã concorrência e o desenvolvimento das empresas”. “Contratar ao mais baixo preço, com desprezo pela qualidade das propostas apresentadas a con-

curso, para além de não permitir que se alcancem os melhores resultados, gera atrasos, litigância, adiamentos, todos estes factores lesivos da sociedade, do erário público e das empresas do sector; desvalorizando-as e tornando-as incapazes de acompanhar a evolução tecnológica do sector”, concretiza o presidente da associação. Jorge Meneses considera, por isso, que a melhoria do ambiente de negócios não passa de uma “aparência errónea”, considerando que, “sobretudo no que respeita aos serviços de engenharia, continua a apresentar-se um mau ambiente de negócios, por força do continuado adiamento do investimento público e das condições manifestamente lesivas em que continua a processar-se a contratação”. A melhoria destas condições passa, no entender do presidente da Associação dos Projectistas e Consultores, por alterações sensíveis nos processos, nomeadamente o reconhecimento da qualidade como “factor essencial” e a sua conjugação com o factor “preço”. A APPC propõe que “as propostas sejam avaliadas em dois tempos. O primeiro na componente técnica, com desconhecimento do preço que lhe está associado, e só posteriormente avaliado o preço e feita a ponderação das duas componentes essenciais da avaliação das propostas”, defende Meneses, para quem “se este perverso caminho não for desde já encerrado, temos muitas dúvidas de que a engenharia portuguesa possa manter o prestígio e qualidade que foi / é seu apanágio”.